



9. PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL

9.1. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL - ESMS

O Sistema de Gestão Socioambiental – SGAS, conhecido também por Environmental and Social Management System (ESMS), faz parte do planejamento estratégico de uma organização, incluído em seu sistema de gestão global constituindo, desta forma, ferramenta importante e imprescindível, à luz da legislação aplicável.

Esse sistema tem como premissa a definição de uma política aberta por parte da empresa corporação, entendida como uma declaração de suas diretrizes sociais e ambientais, tendo em vista sua visão de futuro e seu planejamento estratégico.

Também prevê que a “organização deva estabelecer e manter os objetivos e metas ambientais e sociais documentados”, coerentes com a sua política ambiental, e levando-se em conta a identificação e priorização dos seus impactos ambientais e forma de gestão.

Nesse sentido, alguns compromissos inerentes à política ambiental devem ser assumidos pela organização ao estruturar o seu sistema de gestão socioambiental¹:

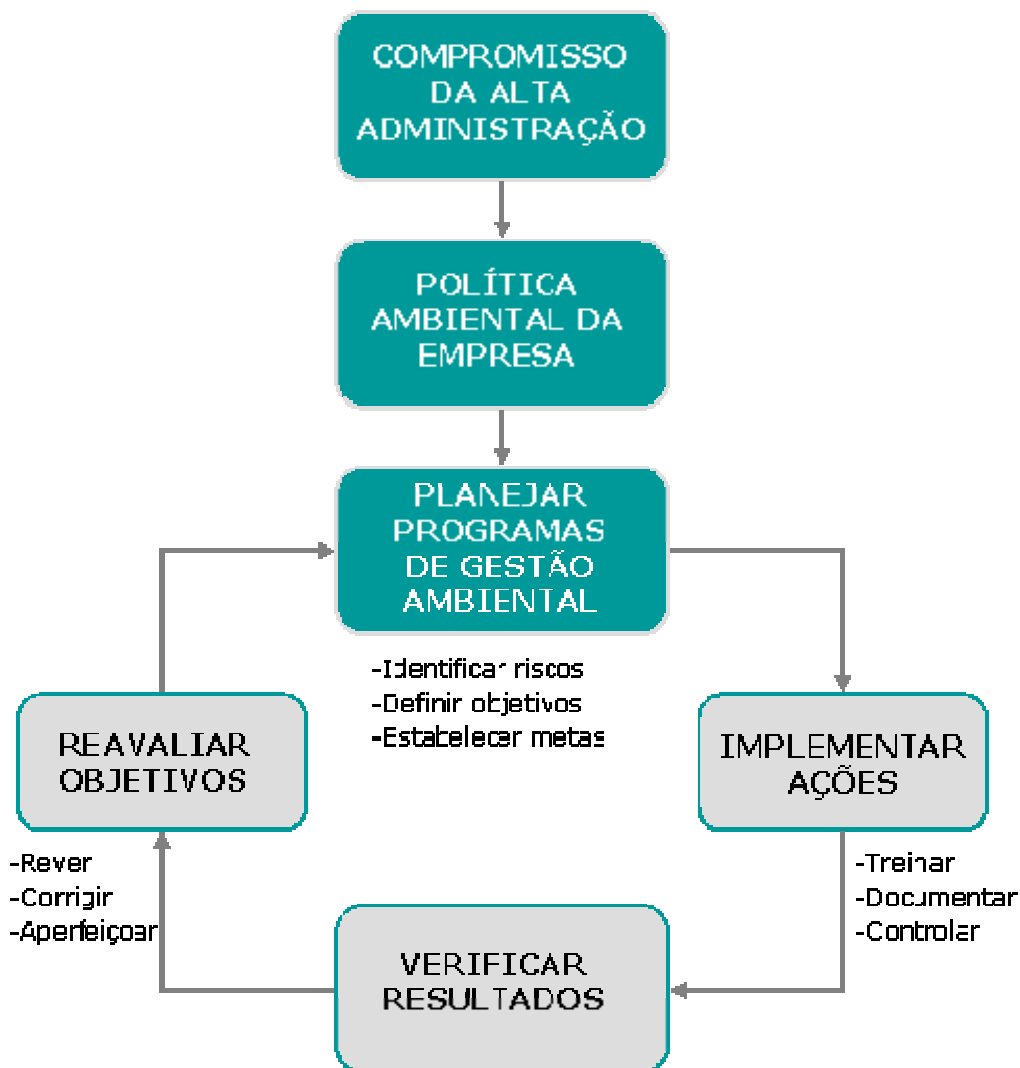
- Manter um sistema que assegure que suas atividades atendam à legislação vigente e aos padrões estabelecidos pela organização;
- Estabelecer e manter um diálogo permanente com seus colaboradores e a comunidade, visando o aperfeiçoamento de ações ambientais conjuntas;
- Educar e treinar seus colaboradores para que atuem sempre de forma ambientalmente correta;
- Exigir de seus fornecedores produtos e componentes com qualidade ambiental compatível com a de seus próprios produtos;
- Desenvolver pesquisas para adoção de novas tecnologias que diminuam os impactos ambientais e contribuam para a redução do consumo de água e energia.

Dessa forma, deve ser estruturado com procedimentos bem definidos e inter-relacionados, permitindo também possibilidade de modificações necessárias de acordo com a necessidade e realidade do dia a dia da empresa.

O sistema está baseado em um ciclo de atuação de gestão ambiental, visando a melhoria contínua no desempenho ambiental da organização, conforme pode ser observado na figura abaixo:

¹ Cyro Eyer do Valle, Qualidade Ambiental ISO 1400, Editora Senac, 2002.

Figura 9.1 - Ciclo de atuação de gestão ambiental



Fonte: Valle, 2002

A concretização deste sistema ocorre por meio dos programas integrados de gestão socioambientais, entendidos como processos dinâmicos com abordagem sistêmica, com objetivos e metas ambientais a serem alcançados dentro de um cronograma definido.

9.1.1. A EMPRESA: GRUPO BERTIN

O Grupo Bertin é uma holding de capital 100% nacional que atua nos segmentos de agroindústria e infra-estrutura e está próximo a completar 30 anos de mercado. Sediado no Estado de São Paulo, possui 28 unidades produtivas distribuídas pelo Brasil, onde operam 20 mil colaboradores diretos. Com marcas fortes que propiciam ao consumidor avanço em produtos e serviços, a corporação atende o mercado interno e mais de 80 países, nos cinco continentes.

Na agroindústria, o Grupo Bertin apostou no aproveitamento total da cadeia bovina. Seguindo a estratégia da verticalização, a empresa mantém um conglomerado industrial



focado em nove divisões de negócio: Agropecuária, Alimentos, Biodiesel, Cosméticos, Couros, Dog Toy, Equipamentos de Proteção Individual, Higiene e Limpeza e Higienização Industrial. Já no segmento de infra-estrutura, a companhia está estabelecida nas áreas de Construção Civil, Saneamento Básico, Energia e Transporte.

Todos os setores do Grupo Bertin compartilham uma **visão** comum *investimentos contínuos em qualidade, tecnologia, pesquisas, capacitação das equipes de trabalho, logística, processos de gestão e estratégica mercadológica.*

A **missão** do Grupo Bertin *é agregar valor, fomentar desenvolvimento e fortalecer a relação com os diversos públicos – clientes, fornecedores, parceiros, investidores, imprensa, órgãos públicos, colaboradores e comunidade.*

De acordo com o Instituto ETHOS, a visão é a direção estratégica da empresa, a forma como articula os desafios de ordem ética, ambiental, econômica e social no desenvolvimento de suas atividades fins e como consolida a presença desses aspectos no processo de tomada de decisão, com a definição a visão não irá prever o futuro, e sim construí-lo e a missão é a razão de ser da organização, é a justificativa por meio da qual a empresa serve à sociedade.

9.1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO FRIGORÍFICO BERTIN – MARABÁ

Nesse contexto, inclui-se a mais nova aquisição do Grupo, um frigorífico em Marabá no Estado do Pará, inserido na Amazônia Legal. Essa planta será ampliada de forma a abater 1.600 cabeças por dia, o que impõe um relacionamento comercial e produtivo com inúmeros fornecedores, localizados em seu entorno, num raio aproximadamente de 250 km.

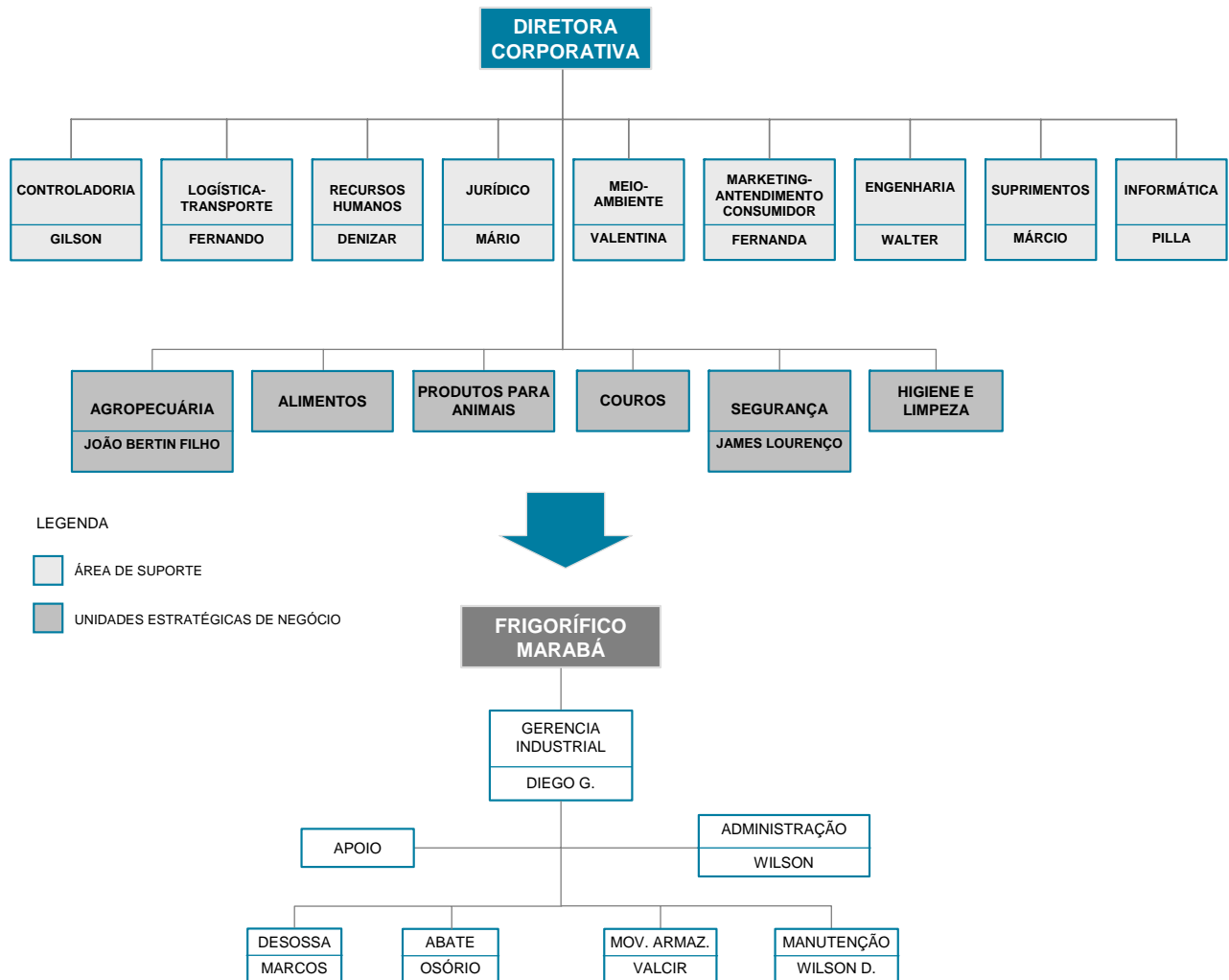
Considerando que essa operação é recente, está em elaboração uma proposta para inserir essa unidade no SGAS global do Grupo. Entende-se inclusive, que os resultados do ESIA ora apresentados irão subsidiar sua estruturação.

Em termos de organograma, sua estrutura organizacional segue um modelo funcional, apto a organizações que operam com multi-plantas e assim insere-se o frigorífico do grupo Bertin em Marabá. A figura a seguir mostra essa funcionalidade e as relações entre os componentes da Diretoria Corporativa, incluindo-se uma diretoria (gerência ambiental).



9.1.2.1. Organograma do Frigorífico Bertin de Marabá

Figura 9.2 - Organograma do Frigorífico Bertin de Marabá



9.1.2.2. Política Ambiental

Dadas as especificidades da localização do frigorífico em Marabá no sudeste paraense, o Grupo está desenvolvendo a sua política ambiental, considerando as vulnerabilidades da região. Nesse sentido, contempla além do conteúdo usual, como se vê a seguir, algumas especificidades locais.

9.1.2.3. Missão – Saúde e Segurança do Trabalho

Em termos de Missão relativa à Saúde e Segurança do Trabalho, o Grupo tem a seguinte definição:



Dar garantias à manutenção da Saúde e a Integridade Física dos Colaboradores das Empresas Bertin Ltda., assim como da Prevenção de Acidentes e a Preservação do Meio Ambiente.

Essa Missão se apóia nas seguintes ferramentas e Programas:

- LTCAT – Laudo Técnico das Condições dos Ambientes de Trabalho.

Documento que dá fé a todos os ambientes e postos de trabalho da empresa Bertin Ltda. – Unidade Alimentos de Marabá/PA, com vistas ao reconhecimento físico dos ambientes de trabalho, das máquinas e equipamentos, dos ciclos de atividades correspondentes a cada posto de trabalho e dos riscos ocupacionais, ambientais e operacionais, neles existentes. Tal documento embasa a elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

- PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

O Programa visa a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores da empresa Bertin Ltda. – Unidade Alimentos de Marabá/PA, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais existentes ou que possam a vir a existir no ambiente de trabalho, tendo em vista a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. O programa segue a seguinte estrutura:

- Planejamento anual com o estabelecimento de metas, prioridades e cronograma;
- Estratégia e metodologia de ação;
- Registro, manutenção e divulgação dos dados;
- Avaliação periódica anual.

- PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

Programa estabelecido com base nos riscos à saúde dos trabalhadores especialmente identificados no Laudo das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT da Unidade Alimentos de Marabá/PA, tem caráter preventivo com rastreamento e diagnósticos precoces dos agravos da saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais que possam ser irreversíveis à saúde do trabalhador.

- PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos

Consiste em um programa de gestão de riscos patrimoniais com foco nas instalações da empresa, na proposição de melhorias contínuas e na administração das mesmas através de inspeções periódicas.

9.1.2.4. Instruções de controle e gestão ambiental e social de ordem normativa que definem procedimentos internos da empresa

A Gestão ambiental e social do frigorífico em Marabá se apóia nos seguintes Programas/Planos:

**A) Gestão Ambiental:**

- PGR – Plano de Gerenciamento de Riscos

Consiste em um sistema estruturado para o controle de riscos de sinistros envolvendo produtos perigosos manuseados e ou armazenados na empresa com ênfase no processo, nas máquinas e equipamentos críticos e dispositivos de segurança.

Regulamentação: CETESB/SP;

- PAE – Plano de Ações Emergenciais

Consiste em um plano que prevê ações emergenciais e organizadas no caso de sinistros, com ênfase no abandono de área, combate a princípios de incêndios e contenção dos resíduos.

Regulamentação: CETESB/SP;

- PCA – Plano de Controle Ambiental

Consiste em um plano que prevê a ampliação e melhorias no sistema de tratamento e manejo de águas residuais e resíduos sólidos, apresentando como finalidade dotar a empresa de sistema capaz de reduzir as cargas orgânicas, agregando valor ambiental aos seus produtos.

B) Gestão Social:

- Política de Responsabilidade Social (Código de Conduta – Bertin Ltda)

Visa estabelecer as premissas que norteiam o entendimento sobre responsabilidade e desenvolvimento social, o bem estar dos colaboradores (empregados) que produzem as mercadorias e serviços comercializados.

O cumprimento desses princípios é um compromisso da Direção da Companhia para com seus clientes, consumidores, parceiros e órgãos oficiais, e, como tal, deve ser entendida e adotada por todos os funcionários da empresa Bertin.

9.1.2.5. Instruções para a gestão operacional

Na gestão necessária às operações são adotados os seguintes Programas:

- BPF – Boas Práticas de Fabricação

Programa de Treinamentos para que os colaboradores conheçam, entendam e cumpram a higiene pessoal, assim como a sanitização e controle aplicado aos processos e produtos, assegurando que os mesmos cheguem aos clientes e consumidores com qualidade e livre de qualquer tipo de contaminação.

- PPHO – Procedimentos Padrões de Higiene Operacional

Documento que formaliza a padronização dos procedimentos nos pontos críticos de controle de produção junto aos funcionários envolvidos, visando garantir a inocuidade e qualidade dos alimentos.



- APCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle

Chamado também de Sistema APPCC, visa estabelecer pontos críticos no processo produtivo, relacionado a variáveis de climas, mão de obra, matéria prima, insumos, etc. de modo a focar as ações de verificação (inspeções) controladas nos pontos pré-determinados, com o objetivo final de garantir a segurança alimentar dos clientes.

9.1.3. AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Uma avaliação dos principais componentes do SGAS (ESMS) do Grupo e dos que estão ainda em elaboração específicos para o frigorífico em Marabá permite destacar algumas recomendações:

- Logo de início, cabe recomendar um esforço na definição urgente da política ambiental e social para o Frigorífico, pois se trata de uma unidade localizada na Amazônia Legal e que além de apropriar recursos naturais para o abate e produção de carne, envolve uma cadeia intensiva em área, sob forma de pastagens, com chances de implicações sobre o processo de desmatamento, entre outras questões de natureza social;
- Atualmente, a função de gerência ambiental da unidade de Marabá está sob a responsabilidade da Gerente Ambiental do Grupo Bertin. Cabe assim uma reavaliação desta estrutura organizacional, visto que este cargo é de extrema relevância e assume importantes responsabilidades, como, por exemplo, formar e dirigir equipes internas e também de atuar como facilitador e solucionador de problemas ambientais que surgem na empresa. Este gerente deve dirigir todo o planejamento, implementação e monitoramento do sistema de gestão socioambiental, ficar responsável pela coordenação e articulação dos programas ambientais e sociais (ESAP), sempre de forma consistente com os princípios da política ambiental da empresa;
- Outra questão importante, no que se refere ao organograma institucional do Grupo Bertin como um todo, e conseqüentemente ao organograma do Frigorífico Bertin de Marabá, é a ausência de um cargo específico para tratar da área de Comunicação Institucional e para a área Social. Isto é fundamental para que os programas propostos possam ser implementados e acompanhados por funcionários internos do Bertin;
- O atendimento e as exigências do sistema de gestão socioambiental são essenciais em um processo educativo, contemplando ações de capacitação, incluindo treinamentos dirigidos, principalmente para os funcionários, a alta administração do Frigorífico Bertin de Marabá e os seus colaboradores, visando à conscientização sobre a temática socioambiental e reconhecimento da política da empresa. Essa exigência será cumprida pela adoção do Programa de Educação Ambiental, integrante do ESAP;
- A garantia do envolvimento dos seus colaboradores e da comunidade em geral, será atendida pelo Programa de Comunicação Socioambiental, tendo em vista manter um diálogo permanente e o aperfeiçoamento de ações ambientais conjuntas. Agindo de maneira pró-ativa e transparente as ações desse Programa colaboram para aumentar a confiança na empresa, permitindo que sejam explicitados e reconhecidos seus esforços na melhoria de seus sistemas. Cabe mencionar, a importância de abertura da empresa para visitas guiada as suas instalações;
- No que tange a Gestão Operacional cabe a inclusão de procedimentos referentes a exigência em relação aos fornecedores rurais e industriais, com qualidade ambiental compatível com a de seus próprios produtos;
- Faz-se importante instrumentalizar, gerar condições gerenciais e operacionais para a implantação de normas e procedimentos baseados na ISO 14000 no Frigorífico Bertin



de Marabá. A utilização da ISO 14000 como parâmetro objetiva o compromisso da empresa com a melhoria contínua do seu desempenho ambiental, onde são identificados os pontos críticos e indicadas as providências necessárias para solução dos problemas;

- Também cabe mencionar a importância, dentro do processo de melhoria contínua, do apoio ao desenvolvimento de pesquisas e a adoção de novas tecnologias que: i) reduzam os impactos ambientais, tal como se propõe em grande parte das medidas que integram os Programa Socioambientais ; e ii) diminuam o consumo de matérias-primas, água e energia, tal como será endereçado pelas ações de reciclagem (tal como o Grupo vem desenvolvendo em suas unidades), além da proposta de tratamento de resíduos industriais, adotando uma nova tecnologia por meio da implantação de biodigestores. Nesse aspecto cabe mencionar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água, também integrante do ESAP; e,
- Por fim, cabe mencionar uma recomendação relativa à necessidade de se elaborar um Programa de Responsabilidade Social Empresarial, tal como sugerido no ESAP.

De todos os itens apresentados, é importante ressaltar que a maioria das práticas apontadas ainda não configura a realidade do frigorífico de Marabá, impondo-se necessariamente uma reestruturação funcional, com a incorporação de técnicos responsáveis pela implantação e gerenciamento das atividades descritas.

9.2. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A PROPOSIÇÃO DE PROGRAMAS

Tendo em vista avaliar o endereçamento de todos os impactos independentemente do seu grau de relevância, montou-se a matriz impactos/objetivos, de um dado programa, entendendo-se que o dual dos impactos transforma-se nos objetivos e sub-objetivos dos programas. A matriz a seguir apresentada mostra estas correspondências.

Tabela 9.1 - Matriz dos impactos/objetivos e sub-objetivos dos programas do Plano de Ação Socioambiental



Como se verifica, todos os impactos negativos foram objeto de algum tipo de ação, e também os positivos, com exclusão dos benefícios exemplo: aumento da receita tributária), que já estão consolidados, não é mais possível potencializá-los e não cabem ao Grupo Bertin e sim a iniciativas governamentais.

A identificação de impactos e sua hierarquização, conforme o grau de relevância, permite verificar as principais questões socioambientais que a ampliação do Frigorífico possa a vir desencadear.

Nesse sentido, o dual desses impactos mais relevantes transforma-se em objetivos a serem alcançados por um conjunto de programas socioambientais. O gráfico de objetivos e meios a seguir apresentado mostra a inter-relação entre os impactos e as ações (sub-programas) integrantes dos 6 macro Programas Socioambientais propostos.

Acrescente-se ainda, que por meio da Série de Consultas Públicas em dinâmicas de grupo, realizadas nos últimos quatro meses, foi possível discutir essas propostas e incorporar sugestões dos diversos grupos de interesse, quer sob forma de medidas mitigadoras de efeitos adversos ou potencializadoras/desenvolvimento de benefícios antevistos, quer ainda a indicação de potenciais parcerias entre o Grupo Bertin e entes institucionais com governança reconhecida na região.

Na seqüência, são apresentados os diversos Programas Socioambientais, muitos deles já mencionados nas recomendações e que agora são descritos em sua totalidade, compreendendo 6 Programas que, por sua vez, envolvem diversos sub-programas constituídos por um conjunto de ações a serem implementadas em tempo hábil.

Antes de seu detalhamento, apresenta-se o chamado gráfico de objetivos e meios², que mostra as relações de causa e efeito entre os programas com suas medidas, convergindo para se alcançar sub-objetivos a médio prazo (2009) que, por sua vez, permitem atingir os objetivos no horizonte do ESAP (assumido como 2014). Esta estrutura de objetivos e sub-objetivos são desdobramentos de uma visão estratégica orientada para três vertentes principais: *sistema produtivo socioambiental* adequado; *educacional*, rumo a novas atitudes dos produtores e sociedade em geral, na relação com o meio ambiente; e *institucional*, numa tentativa de contribuir para melhorar a governança, tendo em vista o fortalecimento de um quadro de comando e controle da apropriação dos recursos naturais.

² O gráfico traduz os princípios da Teoria de Sistemas, evidenciando uma das técnicas mais relevantes do planejamento indicativo.

Figura 9.3 - Programas Socioambientais – Gráfico de Objetivos e Meios

9.3. PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL - PROGRAMAS

Aos diversos impactos ambientais, quer como manifestações positivas, quer negativas, foram propostas medidas de mitigação, de compensação e de monitoramento (denominadas medidas de controle), bem como medidas potencializadoras, dando base para a formatação dos Programas Socioambientais que irão estruturar o Plano de Ação Sócio Ambiental (ESAP).

Dessa forma, a sistematização das medidas permite organizá-las com a configuração de Programas contendo: Objetivos, Público-alvo, Ações Propostas, Ente Institucional Responsável e Cronograma. O cronograma do ESAP apresentado adiante começa na data da assinatura do contrato de investimento entre o Grupo Bertin e a IFC.

Cada programa deverá contar com um ou mais indicadores para acompanhar sua implementação e sua efetividade no bojo do Plano. Com base nesses indicadores os gestores poderão avaliar o andamento dos programas e implementar ações de ajuste no caso em que os mesmos mostrem falhas na execução ou na obtenção dos resultados esperados. Sua elaboração deve assim ser prontamente desencadeada para compatibilizar-se com o início da implementação dos Programas.

Os Programas estão apresentados segundo uma dada ordem que reflete aqueles associados ao Frigorífico e a Cadeia Pecuária Associada e aos circunscritos ao Frigorífico propriamente dito, ou seja, relativos a impactos que sejam desencadeados no seu entorno próximo.

Grande parte das medidas propostas vinculadas à cadeia pecuária tem escopo coincidente com os programas governamentais, de diferentes naturezas, e já em implementação e, nesse sentido, poderão ser utilizados privilegiando a região. Outros devem ser criados, de responsabilidade precípua do Grupo Bertin. Essa separação de funções precípua deve ser respeitada para que se otimize a governança de interesse.

9.3.1. PROGRAMA PARA APERFEIÇOAR O PROCEDIMENTO DE COMPRA DE GADO DO FRIGORÍFICO BERTIN EM MARABÁ

Objetivos

- Assegurar que as atividades do frigorífico não incentivem o desmatamento na Amazônia; e
- Garantir que o gado comprado pelo frigorífico Bertin de Marabá não provém, direta ou indiretamente, de propriedades envolvidas com trabalho forçado, com processos ilícitos de aquisição de titularidade da terra, com violência agrária, desmatamentos ilegais, desrespeito à legislação ambiental ou invasão de terras indígenas.

Descrição

Os objetivos acima serão alcançados pelas seguintes ações gerais:

- Incentivo à aplicação de boas práticas agrícolas, incluindo:
 - Uso efetivo das áreas já desmatadas na região de Marabá, implicando em melhorias nas técnicas de manejo de pastagens; e

- Preparação e treinamento dos fornecedores de gado para a implementação do sistema de rastreabilidade de animais que se exigirá tão logo a área 1 de controle da aftosa seja liberada para exportação para os mercados mais exigentes.
- Melhoria na capacidade do grupo Bertin em monitorar o desempenho ambiental e social de seus fornecedores por meio de:
 - Desenvolvimento e implementação de um cadastro de fornecedores do frigorífico Bertin de Marabá, no qual se assegure que cada fornecedor cadastrado cumpre com os critérios requeridos;
 - Compra de animais para abate com respeito aos critérios ambientais e sociais estabelecidos, e exclusão dos produtores que não cumprem com os mesmos; e
 - Incentivo a implementação de melhorias no uso da terra nas propriedades fornecedoras e acompanhamento dos esforços para recuperação de áreas degradadas e reflorestamento de áreas ilegalmente desmatadas.

Público Alvo

Direcionado ao frigorífico Bertin de Marabá e aos produtores rurais fornecedores de animais para abate, cerca de 615 na situação atual.

Ações previstas

Ação 1 – Adoção de critérios para orientar a política de compra de gado do frigorífico Bertin.

O grupo Bertin irá adotar uma série de critérios considerados relevantes e factíveis para credenciar fazendas como “Fornecedoras Aprovadas”. Estes critérios são divididos entre critérios críticos e critérios adicionais. Enquanto os primeiros são considerados condições fundamentais necessárias para credenciamento pelo Bertin, os segundo prevêem prazos para adequação.

A seguir se apresenta a lista de critérios:

Critérios críticos:

1. Nenhum envolvimento com trabalho forçado.
2. Nenhum envolvimento com aquisição ilegal de terras (grilagem).
3. Nenhum envolvimento com violência agrária.
4. Ausência de desmatamentos recentes ilegais.
5. Que o produtor não possua terras ou criação de gado em propriedades que invadem Terras indígenas – TI.

Critérios adicionais:

1. Regularidade na titulação das terras.
2. Cumprimento dos requisitos ambientais.
3. Implementação do sistema de rastreabilidade SISBOV.

4. Todo o gado vendido para o Bertin é oriundo da própria fazenda ou pode ser demonstrado que provém de fazendas que cumprem com os critérios do Bertin.
5. Incorporação do protocolo de Boas Práticas Agrícolas.

Cronograma: Os critérios acima servirão de base para orientar as compras de gado do frigorífico Bertin. O não cumprimento dos critérios críticos implica em não credenciamento do produtor e, portanto, que o mesmo não poderá fornecer gado para o frigorífico Bertin. Caso o fornecedor seja credenciado e, posteriormente, vier a infringir um ou mais dos critérios críticos, o sistema de monitoramento identificará a infração e ele será descredenciado. Os critérios cruciais serão implementados em um prazo de até 2 meses após a assinatura do acordo com o IFC e os demais critérios serão implementados posteriormente em duas etapas. A operacionalização dos critérios para orientar as compras será discutida na ação 7.

Ação 2 – Elaboração da Ficha de Cadastro Ambiental e Comercial (FCAC).

Elaboração de uma ficha de cadastro apropriada que será distribuída aos fornecedores. Estes preencherão as fichas e devolverão ao Bertin que, nos casos pertinentes, credenciará as propriedades como “Fornecedoras Aprovadas”. A ficha deve incluir informações sobre a localização da propriedade, o sistema produtivo e o cumprimento com os critérios elaborados na *ação 1*. A ficha cadastral se baseará no atual modelo do SISBOV, o que contribuirá para que os fornecedores se preparem para a obrigatoriedade da rastreabilidade do gado, que entrará em vigor assim que a área 1 do controle da aftosa no Pará for liberada para exportação para os mercados mais exigentes.

Cronograma: Em até dois meses após a assinatura do acordo.

Ação 3 – Desenvolvimento de um sistema de cadastramento de propriedades.

O sistema de cadastramento de propriedades consistirá em um programa de computador que sistematizará as informações obtidas nas FCAC e as disponibilizará, de uma maneira simplificada, à equipe de compra de gado do Bertin. As *ações 2 e 3* estão intrinsecamente relacionadas e serão realizadas conjuntamente.

Cronograma: Em até dois meses após a assinatura do acordo.

Ação 4 – Orientação da equipe de compra de gado do Bertin e dos fornecedores sobre os critérios de compra.

O frigorífico Bertin publicará os requerimentos necessários para que uma propriedade seja aprovada e proverá assessoria de como os critérios podem ser alcançados àqueles fornecedores frequentes que queiram adequar-se rapidamente. Para este propósito, diversas medidas são possíveis, incluindo a impressão de folders/panfletos, aplicação de cursos de treinamento, encontros, etc. O objetivo é auxiliar a compreensão por parte da equipe de compra do Bertin e de seus fornecedores do porquê os critérios estarão sendo estabelecidos e o que é necessário fazer para se tornar um “Fornecedor Aprovado”.

O estabelecimento de parcerias, com entidades de classe, por exemplo, será importante para o êxito desta ação.



Cronograma: Duas semanas após a conclusão das ações 2 e 3.

Ação 5 – Levantamento de informações das propriedades.

O grupo Bertin usará a FCAC para coletar informações de todas as fazendas que atualmente fornecem gado, bem como das que pretendem fornecer. Na primeira venda de gado realizada após as orientações sobre os critérios de compra serem repassadas à equipe de compra de gado, o cumprimento dos critérios críticos será checado para que a transação se realize. Nesta ocasião, os fornecedores receberão a FCAC, que terá que ser preenchida e entregue como requisito para a próxima venda de gado, juntamente com os documentos comprobatórios pertinentes conforme se detalha mais adiante. O preenchimento do formulário é pré-condição para o credenciamento e deverá ser realizado por todos os fornecedores que pretendem continuar fornecendo para a Bertin.

Paralelamente, o grupo Bertin enviará a FCAC a todos seus fornecedores regulares e formará uma equipe de profissionais para entrevistar fornecedores e coletar as informações necessárias seguindo um cronograma pré-determinado. O grupo Bertin levantará algumas informações diretamente de bancos de dados disponíveis e/ou outras fontes publicadas. Esta ação será um processo contínuo, conforme novos fornecedores solicitem certificação pelo Bertin. A documentação comprobatória para os diversos critérios deve incluir:

Critérios mínimos para serem implementados em até dois meses após as orientações à equipe de compra do Bertin:

- Critério 1: Nenhum envolvimento com trabalho forçado. A inclusão de um proprietário na chamada “Lista Suja” do trabalho escravo, divulgada semestralmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (<http://www.mte.gov.br/Noticias/conteudo/5773.asp>), descredencia o mesmo como “Fornecedor Aprovado” pelo Bertin.
- Critério 2: Nenhum envolvimento com aquisição ilegal de terras (grilagem). As declarações dos produtores com relação à propriedade da terra serão verificadas junto à *Vara Agrária de Marabá*, por meio de checagem da lista de proprietários que são réus em ações de reintegração ou manutenção de posse e interdito proibitório.
- Critério 3: Nenhum envolvimento com violência agrária. Neste caso, as declarações dos proprietários serão verificadas junto à *Vara Agrária de Marabá*, por meio de checagem da lista de condenados por crimes relacionados a conflitos agrários.
- Critério 4: Ausência de desmatamentos recentes ilegais. Verificação dos proprietários que foram autuados por desmatamento ilegal, por meio de checagem da lista a ser obtida nos arquivos do Diário Oficial ou junto à SECTAM. Esta checagem será feita com base na última informação disponível anterior a assinatura do contrato entre o Bertin e o IFC.
- Critério 5: Que o produtor não possua terras ou criação de gado em propriedades que invadem Terras indígenas – TI. Verificação da ocorrência destes incidentes serão realizadas periodicamente junto à Unidade da FUNAI em Marabá

Uma vez em posse das listas obtidas junto aos órgãos públicos, a equipe de compras do frigorífico Bertin de Marabá verificará o cumprimento dos critérios críticos de forma instantânea, no momento do cadastramento dos fornecedores.

Os produtores que não atenderem estes critérios críticos serão impedidos de obter credenciamento imediato e a compra não será realizada. No entanto, suas FCAC serão guardadas para o caso de que venham a se adequar em um momento posterior.

Além da FCAC, será também solicitado a todos os produtores que assinem um termo de adesão, comprometendo-se com os critérios críticos, ou seja, com um modo de produção que não envolva trabalho escravo, grilagem de terra, conflito agrário, desmatamento ilegal e/ou invasão de terras indígenas. No processo de monitoramento do desempenho ambiental e social (ver ação 8), o grupo Bertin continuará monitorando o cumprimento deste compromisso.

Critério para serem implementados em até um ano

- Critério 6: Regularidade na titulação das terras. Os proprietários devem enviar anualmente uma cópia autenticada do Imposto sobre Território Rural – ITR – quitado.
- Critério 7: Propriedade cumpre com os requisitos ambientais. Os proprietários devem apresentar a licença ambiental para fazendas emitida pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do governo do Pará – SECTAM. Caso a propriedade não possua esta licença, o proprietário terá um prazo de um ano para apresentar o protocolo comprovando o início da tramitação para adquirir a mesma. No período de dois anos o proprietário deverá apresentar a licença ambiental definitiva emitida pela SECTAM.

Após este período, o fornecedor que não apresentar o protocolo ou a licença ambiental da SECTAM, será descredenciado pelo Bertin.

Critérios para serem implementados gradativamente após a abertura da área 1 do controle da aftosa no Pará para exportação para os mercados mais exigentes

- Critério 8 - Implementação do sistema de rastreabilidade SISBOV de acordo com os requisitos e prazos estabelecidos pelas autoridades competentes. A comprovação deve ser realizada por meio dos documentos próprios do SISBOV.
- Critério 9 – Todo o gado vendido para o frigorífico Bertin de Marabá é oriundo da própria fazenda (ciclo completo) ou pode ser demonstrado que provém de fazendas que cumprem com os critérios do Bertin.
- Critério 10 – Incorporação do protocolo de Boas Práticas Agrícolas. A documentação comprobatória deve incluir um plano de manejo da propriedade, ou a propriedade deve contar com um selo de certificação como, por exemplo, o EurepGAP, conferido por uma empresa credenciada.

Cronograma: Início em 2 meses após a assinatura do acordo entre o Bertin e o IFC. Todos os fornecedores devem estar cadastrados e com as informações compiladas em até 6 meses após o acordo. A coleta de informações segue em um processo contínuo. Depois de um ano do estabelecimento do sistema de cadastramento, este será avaliado pelo Grupo Bertin para assegurar seu funcionamento correto e proceder aos ajustes necessários.

Ação 6 – Sistematização das informações.

O frigorífico Bertin entrará com as informações no sistema computacional, testará a confiabilidade do sistema e o colocará à disposição da equipe de compra. A entrada de

informações será um processo contínuo na medida em que novos fornecedores potenciais solicitem credenciamento pelo Bertin.

Cronograma: Início conforme a disponibilidade de informações previstas na ação 5 e segue em um processo contínuo.

Ação 7 – Credenciamento das propriedades

Quando a documentação completa de uma propriedade estiver disponível, ela será conferida e, em caso de conformidade, a propriedade será declarada como “Fornecedora Aprovada” – a declaração pode ser condicional caso existam itens pendentes. Isto é, existem haverá dois tipos de credenciamento: 1) Fornecedores aprovados sem pendências, e 2) Fornecedores aprovados com pendências.

Se a propriedade não cumpre com todos os critérios adicionais, o grupo Bertin aconselhará sobre quais medidas são necessárias para sua adequação e determinará um prazo para que isso ocorra. A equipe de compras do Bertin consultará o cadastro ambiental e comercial das propriedades sempre que realizar uma compra de gado e não comprará das propriedades que não estiverem credenciadas ou que não conseguirem atender os itens pendentes no tempo apropriado.

Cronograma: O credenciamento de cada propriedade se iniciará assim que as informações correspondentes estiverem disponíveis no sistema. O credenciamento dos fornecedores atuais deverá estar completo em até seis meses após a assinatura do acordo, coincidindo com a finalização do levantamento de informações destes fornecedores conforme a ação 5. O credenciamento de novos fornecedores seguirá em um processo contínuo. A equipe de compra do Bertin adotará integralmente o uso do sistema para tomar as decisões de compra em até seis meses após o acordo.

Ação 8 – Monitoramento continuado de desempenho ambiental e social.

O grupo Bertin, por meio de um departamento específico, produzirá relatórios e informações que permitam o monitoramento ambiental e social continuado das fazendas credenciadas. Este acompanhamento incluirá a checagem regular dos bancos de dados disponíveis – jurídicos ou não –, bem como o monitoramento do desmatamento por meio das imagens de satélite.

Os mecanismos de monitoramento para os diversos critérios, assim como sua periodicidade, são apresentados nas tabelas seguintes.

Critérios críticos

Critérios críticos	Mecanismo de Monitoramento Continuado	Periodicidade
Critério 1 – Trabalho escravo	Verificação da Lista Suja, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego	Mensal

Critério 2 – Grilagem de terras	Verificação Junto à Vara Agrária de Marabá	Mensal
Critério 3 – Violência Agrária	Verificação Junto à Vara Agrária de Marabá	Mensal
Critério 4 – Desmatamentos ilegais desde janeiro de 2006	a) Verificação da emissão de multas por desmatamento ilegal, junto à SECTAM/Diário Oficial	Mensal
	b) Verificação independente por meio de imagens de satélite, com base nas coordenadas geográficas das propriedades fornecidas pelos produtores na FCAC e posterior confirmação com as autoridades competentes sobre a legalidade de eventuais desmatamentos.	Anual
Critério 5 – Invasão de Terras Indígenas	Verificação junto à FUNAI de Marabá	Mensal

Caso o produtor cadastrado infrinja a declaração de seu termo de adesão aos princípios de compra do Bertin, ele será descredenciado como fornecedor do frigorífico. Quando o mesmo se adequar e voltar a cumprir com os critérios, ele poderá voltar a ser credenciado.

Critérios Adicionais

Critérios Adicionais	Mecanismo de Monitoramento Continuado	Periodicidade
Critério 6 – Legalidade na propriedade da terra	Cópia autenticada do ITR	Anual
Critério 7 – Cumprimento com os requisitos ambientais	a) Apresentação do protocolo de entrada para o licenciamento ambiental na SECTAM	Após 1 ano
	b) Apresentação da licença ambiental emitida pela SECTAM	Após 2 anos
	c) Comprovação do cumprimento dos condicionantes definidos na licença ambiental	De acordo com o cronograma estabelecido na licença

Monitoramento de Desempenho Ambiental

Com o objetivo de indicar o progresso na implementação de melhorias no uso da terra, o grupo Bertin, na medida em que disponha de informações relevantes, disponibilizará informações, documentos e relatórios ao IFC como segue:



- Disponibilização de banco de dados do sistema cadastral dos fornecedores, que também contemplará:
 - % de Área de Preservação Ambiental (APP),
 - % de Reserva Legal (RL) averbada junto aos órgãos competentes,
 - Plano de recuperação firmado com a secretaria ou promotoria do meio ambiente (TAC),
 - % das propriedades que realizam controle de erosão.
- Disponibilização anual de imagens por satélite
- Relatórios de treinamentos realizados (fornecedores, clientes, funcionários, etc.)
- Relatório anual consolidado com uma análise do sistema de cadastramento e credenciamento, e do desempenho ambiental das propriedades fornecedoras.

De comum acordo, IFC e Bertin, poderão disponibilizar relatório e informações ao público.

Cronograma: A implementação das ações para estabelecer e dar o suporte necessário ao procedimento de compra de gado terá início imediatamente após a assinatura do acordo de empréstimo entre o Bertin e o IFC, e será uma atividade permanente conforme apresentado no cronograma que segue. A avaliação e monitoramento do desempenho social e ambiental dependem da atualização constante do cadastro de propriedades e, portanto, devem começar dentro do prazo de um ano do início da criação do banco de dados das imagens de satélite. Este procedimento será utilizado pelo Bertin para efetuar as compras de gado até que os mecanismos necessários para a implementação da Lei nº. 10.267/01 sejam estabelecidos e estejam em funcionamento, quando se espera que os órgãos estaduais competentes assumam a função do monitoramento por satélite.

Tabela 9.2 - Cronograma para a Reformulação do Procedimento de Compra de Gado.

Ações/ sub-programas	Ano I				Ano II				Ano III				Ano IV				Ano ...			
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
Ação 1 – Adoção de critérios para orientar a política de compra de gado do frigorífico Bertin (primeiro mês)	●																			
Ação 2 – Elaboração da Ficha de Cadastro Ambiental e Comercial (FCAC) (dois meses)	●																			
Ação 3 – Desenvolvimento de um sistema de cadastramento de propriedades (dois meses)	●																			
Ação 4 – Orientação da equipe de compra de gado e dos fornecedores (duas semanas)	●																			
Ação 5 – Levantamento de informações das propriedades (entre dois e seis meses)		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Ação 6 – Sistematização das informações						●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Ação 7 – Credenciamento das propriedades (entre seis meses e um ano)		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Ação 8 – Monitoramento de desempenho ambiental e social.					●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

Obs.: Entre parêntesis estão os prazos iniciais de implementação das ações após a assinatura do contrato de financiamento entre o Grupo Bertin e a IFC.

9.3.2. PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A responsabilidade social empresarial implica o desenvolvimento de práticas de gestão socialmente responsáveis no gerenciamento dos negócios, não apenas atendendo aos princípios de competitividade, como baixo custo e alto padrão de qualidade dos produtos,

mas também contemplando aspectos do desenvolvimento sustentável, assumindo práticas de diálogo com as comunidades envolvidas, e ainda, funcionários, clientes e fornecedores.

Objetivos

Desenvolver práticas que insiram o negócio num contexto mais amplo, de compromissos sociais tanto no nível local quanto regional, promovendo a interação do Grupo Bertin com a ambiência local, e fortalecendo processos e ações, públicas e privadas, que visem melhores condições sociais.

Público - Alvo

- Comunidade local e regional, com atenção especial aos agricultores familiares,
- Funcionários, clientes e fornecedores,
- Lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil,
- Instituições atuantes na formação da opinião pública (Igrejas, Sindicatos, Associações, Imprensa escrita; Rádio, TV).

Sub-programas previstos

Sub-programa 1 – Contribuição para Capacitação Técnica do Agricultor Familiar, nos termos estabelecidos no Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

Descrição: Contribuição para o fortalecimento e dinamização da diversificação da economia local, dentro dos parâmetros apresentados pelos parceiros locais, dada a compreensão da importância dessa diversificação também para o empreendimento.

Ação 1 - Estabelecer Parcerias do Grupo Bertin com Universidades locais e com as Cooperativas de Assistência Técnica dos Agricultores Familiares para formações continuadas em temas socioambientais e também nos relacionados à produção dos projetos de assentamento rural.

Destaque-se que já foram estabelecidos os primeiros contatos do Grupo Bertin com o LASAT – Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins. Esta ONG trabalha a 13 anos na região, com formação e desenvolvimento da agricultura familiar, em parceria com o NEAF – Núcleo de Estudo da Agricultura Familiar, do Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará – UFPA e tem realizado formações continuadas junto às equipes responsáveis por apoiar tecnicamente os assentamentos rurais da região sul e sudeste do Pará. Dentre essas equipes estão técnicos da COPSERVIÇOS – Cooperativa de Assistência Técnica dos Agricultores Familiares.

De maneira que o Grupo Bertin desenvolverá procedimentos para estabelecimento de parcerias que possibilitem, entre outros aspectos:

- Apoio financeiro e/ou metodológico, aos Cursos de Formação Continuada do LASAT, mormente no que se relaciona a disseminação de técnicas sobre reforma de pastagem, bem estar animal e boas práticas agrícolas.

- Dar ênfase, no Programa de Educação Ambiental, em um módulo específico para os agricultores familiares e alunos da UFPA e da EFA - Escola da Família Agrícola, que promova a reflexão sobre conservação dos recursos naturais, ressaltando o papel do homem enquanto sujeito transformador, a partir dos seguintes temas-chaves: Gestão Ambiental; Modelo de Pecuária social e ambientalmente sustentável; Sistema de Boas Práticas Agrícolas; Recursos Naturais (fauna, flora, água e solo); Resíduos Sólidos - Reciclagem; Desperdício de recursos naturais e de energia (ações do dia-a-dia) e Desmatamento e relação com o comprometimento da biodiversidade.

Sub-programa 2 – Contribuição ao agricultor familiar para a comercialização

Descrição: Contribuição par o fortalecimento da agricultura familiar com ações de incremento à comercialização dos produtos oriundos dos projetos de assentamento rural.

Ação 1 - Estabelecer parcerias com Cooperativas de Produção dos Agricultores Familiares para incremento da comercialização dos produtos dos projetos de assentamento

As Cooperativas de Produção dos Assentamentos Rurais têm trabalhado na tentativa de promover a viabilidade da agricultura familiar na região, por meio de incentivos à diversificação da produção, com a inclusão da produção de grãos, produtos extrativistas, criação de pequenos animais, piscicultura, entre outros.

Os agricultores familiares têm se organizado em cooperativas de produção como forma de potencializar os seus canais de comercialização para além das feiras urbanas e mercados varejistas.

O Grupo Bertin poderá, por meio dessas cooperativas, movimentar diversas ações tais como:

- i) Estudar a aquisição de produtos advindos dos agricultores familiares, como leite, frutas e verduras, para serem utilizados nas refeições que são oferecidas aos funcionários que trabalham na sua planta de Marabá. A demanda por 312 dias ao ano é significativa, pois se tratam de 936 refeições envolvendo algo como 1100 empregados;
- ii) Facilitar por meio da COPSERVIÇOS e a FETAGRI, a produção de mudas via convênio com a Escola Família Agrícola (EFA). A EFA Marabá, fundada em 1993, é uma escola específica para os filhos de agricultores familiares. Hoje atende a 180 jovens, de 80 projetos de Assentamentos vinculados a FETAGRI, abrangendo 14 municípios do sudeste paraense, buscando formar profissionais capazes de atuar como agentes de desenvolvimento social, cultural e econômico de suas comunidades, de forma ambientalmente sustentável.

Acredita-se que a demanda por essas mudas deverá crescer de forma significativa, pois a recomposição de matas ciliares, os TACs que serão realizados em atenção ao Plano de Recuperação e Conservação de APPs e reservas legais implicarão uma procura significativa por essas mudas, cujas espécies devem ser cuidadosamente analisadas.

- iii) Realização de estudos de viabilidade sobre a possibilidade de desenvolver ração para peixes, apoiando a iniciativa de piscicultura dos agricultores familiares. Ou seja, o Frigorífico Bertin poderá produzir insumos com

subprodutos do abate, como ração para peixes, que seriam vendidos a esses agricultores por intermédio dessas cooperativas.

Sub-programa 3 – Apoio à Erradicação do Trabalho Escravo

Descrição: Adoção de práticas e apoio às campanhas nacionais e locais de combate ao trabalho escravo.

Ação 1 - Adoção por parte do Grupo Bertin de práticas de combate ao trabalho escravo, conforme descrito abaixo, e divulgação dessas ações por meio do Programa de Comunicação Socioambiental:

- Suspensão das compras de fornecedores cujos nomes constem da “Lista Suja”.
- Assinatura do “Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo”, iniciativa da Organização Internacional do Trabalho – OIT – e do Instituto Ethos, cujos signatários visam incrementar esforços para dignificar e modernizar as relações de trabalho nas cadeias produtivas.
- Inclusão de cláusulas específicas em seus contratos relativas à proibição do trabalho forçado.

Ação 2 – Desenvolvimento de seminários e debates junto aos funcionários do Grupo Bertin em Marabá em apoio à sensibilização e conscientização sobre a importância do combate ao trabalho escravo e o cumprimento da legislação trabalhista.

Promover anualmente reuniões setoriais com todos os funcionários do Grupo Bertin em Marabá, tratando de questões relacionadas aos direitos trabalhistas, preferencialmente organizadas com a participação de um convidado externo, e tendo como temas prioritários:

- Mecanismos do trabalho escravo no Brasil atual e o caso do Pará;
- Colaboradores e os sindicatos; Colaboradores e a gestão participativa; Colaboradores e participação social;
- Regularização fundiária: mecanismos da grilagem no Pará.

Essas reuniões deverão ocorrer a partir de cronograma pré-definido com responsáveis das áreas administrativas e operacionais, num período de até no máximo 1 hora, para que não haja prejuízo das atividades cotidianas do frigorífico.

Ação 3 - Apoio a campanhas Nacionais e Locais – Público Externo

Em colaboração com entes públicos e organizações não governamentais, participar e/ou desenvolver campanhas no sentido da promoção do combate ao trabalho forçado junto aos elos da sua cadeia produtiva, por meio de elaboração de cartilha e folders, entre outros.

Destaque para a Cartilha “Escravo, nem pensar!” desenvolvida numa parceria entre a Organização Internacional do Trabalho – OIT, Ministério da Educação e entidade “Repórter Brasil”, que traz informações sobre o trabalho escravo no Brasil, nos dias atuais, e que após adaptações de linguagem, conteúdos específicos do setor pecuário e formato, deverá ser distribuída junto aos seguintes segmentos:

- Produtores Rurais do sudeste do Pará, por meio de parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, FAEPA e Câmara Consultiva Setorial da Pecuária.

Essa atividade iria ao encontro de uma das demandas dessas organizações, ou seja, maior interação do Grupo com os elos da cadeia produtiva. O tradicional evento EXPOAMA – Exposição Agropecuária de Marabá, que concentra anualmente em julho, um grande número de produtores rurais do sudeste do Estado, poderia ser a melhor oportunidade para distribuição dessas cartilhas.

- Fornecedores atuais do Grupo Bertin no sudeste do Pará, por meio de contato direto nos momentos de comercialização:

Além de disponibilizada na Central de Comunicação Socioambiental, a cartilha poderá ser distribuída pelos motoristas do Grupo sempre que forem comprar o gado nas propriedades rurais ou nos momentos em que o proprietário for ao frigorífico resolver pendências comerciais.

Poderá ainda ser enviada uma mala direta aos fornecedores, por meio da qual, além da Cartilha, poderia ser enviado um dos Boletins do Programa de Comunicação Socioambiental, em que o tema fosse de interesse direto dos produtores (liberação das exportações, práticas de bonificação aos produtores que vierem a adotar boas práticas, por exemplo).

- Trabalhadores e migrantes que chegam semanalmente a Marabá por meio da ferrovia da CVRD - Maranhão / Marabá

Identificação dos períodos de maior migração de trabalhadores do nordeste para o Pará, estabelecendo-se parceria para distribuição de cartilhas nas estações e vagões dos trens. Especificamente junto a esse público, comprovadamente o principal alvo de aliciamento dos “gatos” para prestação de serviços em regime de escravidão ou condições análogas, conforme descrito no Capítulo 4, a Cartilha deverá conter alertas sobre os cuidados que os trabalhadores e sua família deverão ter para não serem vítimas dos mecanismos e armadilhas utilizadas.

Para realização dessa ação será necessária a designação de um colaborador do quadro de funcionários do Grupo e de um colaborador do quadro de funcionários do IFC, que deverão realizar as interfaces técnicas junto às organizações citadas acima, tanto no que se refere à produção da Cartilha, quanto no que se refere à forma de distribuição das mesmas junto aos segmentos indicados.



Sub-programa 4 – Elaboração do Balanço Social do Grupo Bertin

Descrição: Elaboração e divulgação do Balanço Social como ferramenta de gestão para consolidação de uma cultura empresarial que privilegie a transparência e permita à sociedade conhecer e valorizar os esforços do Grupo Bertin, no sentido de conciliar o sucesso econômico com resultados positivos do ponto de vista social e ambiental.

Ação 1 - Definição do modelo de Balanço de Gestão que será adotado e realização do planejamento do trabalho pela Equipe diretiva do Grupo Bertin em São Paulo, em consonância com a equipe de Marabá.

Ação 2 - Designação de grupo específico de trabalho, inclusive com contratação de colaborador para essa função, que buscará envolver todos os agentes externos para definição dos parâmetros que serão observados para análise, tais como:

- Valores, transparência e governança;
- Público interno (práticas adotadas com os colaboradores – contratados e terceirizados);
- Ações relacionadas ao meio ambiente;
- Relacionamento com os fornecedores (critérios de seleção e avaliação dos fornecedores; práticas comerciais); consumidores; clientes e comunidade local.

Ação 3 - O Grupo de Trabalho realizará a coleta, e crítica e consolidação dos dados levantados, sendo que deverão ser desenvolvidos instrumentais apropriados para essa finalidade. Posteriormente este material será analisado e serão elaborados textos a serem disseminados no Balanço Social. Entretanto, esses textos deverão se divulgados somente após terem sido submetidos à auditoria externa.

Ação 4 - Publicação e divulgação do relatório. Destaque-se que as edições do Balanço Social deverão ocorrer ao final de cada ano, a partir do início da expansão do empreendimento e refletir os resultados alcançados pelo Grupo na adoção dos programas propostos no ESAP.

Entes institucionais responsáveis

O Programa de Responsabilidade Social Empresarial é de responsabilidade exclusiva do empreendedor, mas precisará contar com a colaboração de vários entes institucionais locais e regionais para que se garanta a efetividade de parcerias fundamentais à realização das ações programadas.

Cronograma das Ações

Tabela 9.3 - Cronograma das ações previstas nos sub-programas do Programa de Responsabilidade Social Empresarial

CRONOGRAMA Sub- programas/Ações	ANO I				ANO II				ANO III			
	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND
Contribuição para Capacitação Técnica do Agricultor Familiar												
Estudar e estabelecer parcerias com Universidades locais e com as Cooperativas de Assistência Técnica dos Agricultores Familiares		●●●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Contribuição ao pequeno agricultor para acesso aos mercados												
Estudar e estabelecer parcerias com Cooperativas de Produção dos Agricultores Familiares	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Apoio à Erradicação do Trabalho Escravo												
Adoção por parte do Grupo Bertin de práticas de combate ao trabalho escravo	●●●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desenvolvimento de seminários e debates junto aos funcionários do Grupo Bertin em Marabá		●●●				●●●				●●●		
Apoio a campanhas Nacionais e Locais – Público Externo				●●●				●●●				●●●
Elaboração do Balanço Social do Grupo Bertin												
Definição do modelo de Balanço de Gestão	●●●											
Designação de grupo específico de trabalho	●●●	●●●										
O Grupo de Trabalho realizará a coleta, e crítica e consolidação dos dados para o balanço social			●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●
Publicação e divulgação do Balanço Social				●●●				●●●				●●●



9.3.3. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A fim de mitigar os impactos do projeto “Estudo de Avaliação Socioambiental do Grupo Bertin de Marabá e da cadeia pecuária associada”, recomendou-se, entre outros programas, a elaboração de um Programa de Educação Ambiental.

A Educação Ambiental é entendida como um processo de educação política que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de atitudes que se transformam necessariamente em práticas de cidadania que garantam uma sociedade sustentável (Pelicioni, 2002).

Desta forma, o Programa de Educação Ambiental pode interferir de maneira positiva na sociedade, possibilitando a compreensão da importância da temática ambiental, assim como atuar como um elemento de promoção da participação social.

Não cabe à Educação Ambiental realizar exclusivamente a divulgação das agressões que o meio ambiente enfrenta, mas *dotar os indivíduos de um conhecimento que os habilitem a agir, a lidar com esta problemática*, que os auxiliem a capacitar-se e a reconhecer os problemas ambientais.

Deve se apoiar no desenvolvimento de *ações pedagógicas* (cursos de capacitação, seminários, campanhas educativas, cartilhas e afins), *ações culturais* (uso da imagem, da linguagem teatral - jogos dramáticos - enquanto forma de expressão da realidade e, da música, tanto nos cursos como nos eventos) e *ações operacionais* (tais como projetos de coleta seletiva de lixo e de reutilização de materiais, criação de centros de triagem de materiais recicláveis, ações de reflorestamento, combate à erosão, monitoramento da qualidade de água, monitoramento da população aquática, entre outros).

O Programa de Educação Ambiental trabalha questões relacionadas aos usos praticados e à forma como a população local, e mais especificamente, os funcionários e fornecedores do Grupo Bertin, idealizam e incorporam os recursos naturais no seu cotidiano. Estimula, portanto, que todos repensem seus hábitos e maneiras de atuar no meio em que vivem, possibilitando que as atitudes frente ao meio ambiente sejam analisadas na perspectiva de longo prazo.

A efetivação do Programa de Educação Ambiental é fundamental para a conservação do meio ambiente, sendo ao mesmo tempo um instrumento de sensibilização da população.

Objetivos

- Contribuir para a conscientização tendo em vista a recuperação e conservação dos recursos naturais da região, a melhoria da qualidade ambiental das condições de vida da população local;
- A partir do conhecimento adquirido, sensibilizar e conscientizar o público-alvo em prol de atitudes ambientalmente sustentáveis, recuperação e conservação dos recursos naturais;
- Estimular a participação do público-alvo, disseminando valores referentes ao desenvolvimento sustentável, bem como noções de direito e deveres dos cidadãos em relação ao meio ambiente, com destaque para a legislação ambiental atual, apontando o papel do empreendedor quanto as suas responsabilidades.



Público – Alvo

Entende-se como público-alvo referente aos cursos de capacitação, os funcionários e fornecedores do Frigorífico Bertin que irão participar das atividades de educação ambiental prevista. O programa pretende englobar todos os profissionais das áreas administrativas e técnicas incluindo a gerência.

Em relação ao público-alvo dos eventos abertos à comunidade, o intuito será reunir empresas privadas e públicas, bem como os profissionais liberais desses setores; ONGs - organizações não governamentais voltadas à defesa da natureza ou à educação; associações de moradores; sindicatos de trabalhadores rurais, bem como de agricultores e pecuaristas; entidades religiosas e culturais, além de outros segmentos públicos intervenientes na região, representando, potencialmente lideranças e formadores de opinião, com o objetivo de conscientizá-los e mobilizá-los sobre a questão ambiental.

Destaque-se que o público-alvo atuará como Agente Multiplicador, que são indivíduos capazes de disseminar e difundir as idéias contidas no programa, tanto de maneira qualitativa quanto quantitativa.

Temas - Chave

Considerando que o Programa de Educação Ambiental deverá promover a reflexão sobre conservação dos recursos naturais, ressaltando o papel do homem enquanto sujeito transformador, foram selecionados seis temas-chave relacionados diretamente com o cotidiano dos funcionários:

- Gestão Ambiental e Legislação Ambiental;
- Modelo de Pecuária de forma sustentável social e ambientalmente;
- Recursos Naturais (fauna, flora, água e solo);
- Resíduos Sólidos - Reciclagem;
- Desperdício de recursos naturais e de energia (ações do dia-a-dia);
- Desmatamento e relação com o comprometimento da biodiversidade

Operacionalização do Programa - Ações Necessárias

Ação 1 - Organização do espaço de alocação e mobilização da equipe e de agentes multiplicadores

Para a operacionalização do programa e realização de cursos, oficinas e seminários, será necessária infra-estrutura física, tal como:

- Escritório técnico-administrativo, onde serão realizadas as reuniões da equipe referentes às atividades pedagógicas a serem desenvolvidas durante o Programa de Educação Ambiental, tais como: preparação de cursos, criação de material didático-pedagógico, planejamento de eventos;
- Local apropriado para cursos, oficinas, eventos ou seminários voltados para o público-alvo.

Em relação à formação da equipe de trabalho que irá desenvolver o Programa de Educação Ambiental, as seguintes atividades estão previstas:

- Alocação da Equipe - Serão alocados profissionais para as diferentes frentes do trabalho do programa, os quais estarão envolvidos com a sua operacionalização, logística e confecção de materiais de apoio. Ressalta-se a importância de contratar

profissionais locais, por conhecerem melhor o local do empreendimento e as questões sócio-ambientais do município.

- Mobilização da Equipe - As reuniões de mobilização têm como objetivo a integração dos membros da equipe contratada com o coordenador geral, ao mesmo tempo, formar e capacitar equipe local para atuar na implantação de ações de educação ambiental e detalhar o formato dos cursos de capacitação e o manual a ser utilizado.

Ação 2 – Estruturação dos cursos de capacitação

Regido pela premissa de articular processos informativos, formativos e de ação, o programa de Educação Ambiental desdobra-se em três partes distintas: cursos de capacitação para os funcionários do Frigorífico Bertin, cursos para os fornecedores e eventos para a comunidade em geral, com o objetivo de conscientizá-los e mobilizá-los sobre a questão ambiental.

Educação Ambiental para os funcionários do Frigorífico Bertin de Marabá

- Serão três cursos de capacitação a serem realizados especificamente para os **funcionários** do Frigorífico Bertin, com grupos de no máximo cinquenta pessoas *a serem selecionados*, representando um curso a cada 8 meses ao longo de dois anos, com carga horária de 8 horas, contando com consultores especialistas nos temas-chave, articulados por uma coordenação pedagogicamente capaz de adequá-los ao perfil dos alunos.

Educação Ambiental para os fornecedores do Frigorífico Bertin de Marabá

- Serão três cursos de capacitação a serem realizados especificamente para os **fornecedores** do Frigorífico Bertin, com grupos de no máximo cinquenta pessoas *a serem selecionados*, representando um curso a cada oito meses ao longo de dois anos, com carga horária de 8 horas, contando com consultores especialistas nos temas-chave, articulados por uma coordenação pedagogicamente capaz de adequá-los ao perfil dos alunos.

Educação Ambiental para a comunidade local

- Serão realizados 2 eventos (seminários) ao longo de dois anos relacionados aos temas-chave, abertos para a **comunidade**.

Durante o curso e eventos serão abordados os temas-chave, descritos anteriormente e as aulas serão ministradas por consultores especialistas nas respectivas temáticas.

O curso será estruturado em oficinas e/ou seminários, ressaltando a importância de visitas ao processo produtivo e ao sistema de tratamento de efluentes da empresa e aplicação de estudos de caso sobre o grupo Bertin.

Outra questão extremamente importante é a necessidade de estabelecimento de parcerias, como por exemplo, com a Universidade Federal do Pará – UFPA, entre outras a serem identificadas, possibilitando a estruturação destes cursos de capacitação, com base na realidade local.

Deve-se registrar que o empreendedor deverá desenvolver esforços para a prática desses eventos, que, além de disseminar conceitos e práticas ambientais, veicularão mensagens do Programa de Comunicação Social.



Ação 3 - Revisão do público-alvo, das ações educativas e suas respectivas demandas.

A coordenação do programa deverá realizar ajustes técnicos: tanto do conteúdo das atividades de educação ambiental, como do público-alvo demarcado no momento da idealização deste programa. Assim sendo, a primeira ação da coordenação, pós-alocação e organização da equipe, consistirá justamente na revisão, adequação e consolidação do programa.

Ação 4 – Consolidação do material de apoio

A equipe de coordenação do Programa de Educação Ambiental também deverá produzir os seguintes instrumentos de trabalho:

- Elaborar material de apoio apropriado para a realização de cada um dos eventos previstos (cursos, oficinas e seminários), considerando-se os materiais a serem utilizados pelos moderadores/expositores, assim como o material de divulgação dos eventos;
- Elaborar um kit, a ser produzido pela equipe de coordenação do programa, composto por textos e transparências sobre as características socioeconômicas e ambientais de Marabá e região, e relacionadas aos temas-chave;
- Outros materiais de apoio tais como: vídeos, tarjetas para dinâmicas participativas deverão ser desenvolvidos, bem como cartilha de cuidados ambientais em linguagem simples e acessível.
- Desenvolvimento de um Manual, que deverá ser aprimorado nos seus temas-chave e reproduzido em gráfica, para que seja utilizado como instrumento de apoio durante todo o processo. Deverão ser produzidas 100 vias do Manual, que traz os temas-chave a serem trabalhados junto aos funcionários e fornecedores.

É importante estruturar as atividades de educação ambiental, visando à construção coletiva e considerando a realidade social, as percepções e o sentimento do público-alvo envolvido. Para tanto, é fundamental a adequação da linguagem ao público com o qual se trabalha, no sentido de possibilitar a transformação da informação em conhecimento e, conseqüentemente, possibilitar a transformação de atitudes. As atividades deverão ser norteadas por dinâmicas que permitam a participação e a construção conjunta do conhecimento referente a cada um dos temas-chave, utilizando-se de técnicas de visualização e participação para que cada indivíduo se sinta integrado às discussões e debates realizados durante os encontros.

A formação e a capacitação de agentes multiplicadores é um dos principais instrumentos desse processo. Cada participante deverá se perceber inserido em determinado ambiente onde identifica não apenas seus problemas, mas também as possibilidades de equacionamento técnico dos mesmos.

Ação 5 – Avaliação Continuada das atividades de educação ambiental

Serão registradas todas as atividades desenvolvidas, mediante avaliação continuada do processo desenvolvido, com feedback para a população, por meio do programa de Comunicação Socioambiental. Serão elaborados Relatórios Técnicos Anuais.

Coordenação

O Programa de Educação Ambiental é de responsabilidade do Grupo Bertin e será coordenado por técnico qualificado, especialista em educação ou gestão ambiental.

Cronograma

Tabela 9.4 - Cronograma das ações previstas para o Programa de Educação Ambiental

CRONOGRAMA	ANO I				ANO II			
	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND
Organização do espaço de alocação e mobilização da equipe	●●●							
Revisão do público-alvo, das ações educativas e suas respectivas demandas		●	●					
Estruturação do Curso de Capacitação	●●●	●	●	●	●	●	●	●
Curso de capacitação Funcionários - 3		●				●		●
Cursos de capacitação Fornecedores - 3		●			●			●
Promoção de eventos para comunidade		●				●		
Consolidação do material de apoio	●●●				●			
Avaliação Continuada das atividades	●	●	●	●	●	●	●	●



9.3.4. PROGRAMA DE MONITORAMENTO LIMNOLÓGICO E DA QUALIDADE DA ÁGUA

Segundo informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá, as águas do rio Itacaiúnas, no trecho em que recebe o Igarapé Limão, já sinalizam alterações ecológicas e sanitárias.

Assim, o Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água, descrito nos itens subsequentes, foi desenvolvido com o intuito de acompanhar as condições desses cursos d'água, visando detectar eventuais alterações decorrentes da operação do empreendimento. Cabe destacar que este programa vem de encontro às diretrizes estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Marabá no contexto do "Projeto Reviver" do rio Itacaiúnas.

Objetivos

Acompanhar as condições dos cursos d'água na área de influência do Frigorífico Bertin, o que permitirá a tomada de ações estratégicas preventivas e corretivas para preservação do sistema aquático em estudo. Desta forma pretendendo-se:

- Monitorar a qualidade das águas do rio Itacaiúnas, a partir de análises físico-químicas e bacteriológicas.
- Acompanhar a evolução das comunidades aquáticas presentes nos trechos dos rios em estudo por meio de análises qualitativas e quantitativas de fitoplâncton, zooplâncton e macroinvertebrados bentônicos.
- Detectar eventuais alterações resultantes do lançamento de efluentes do frigorífico, segundo os parâmetros definidos pela Resolução CONAMA 357/05 ou outra que a substitua.
- Interpretar a dinâmica hidrobiológica na área de influência do empreendimento, face às alterações do ciclo hidrológico anual.
- Analisar eventuais interferências nas águas, decorrentes de ações antrópicas exógenas às atividades do empreendimento.
- Apontar medidas preventivas e corretivas necessárias à preservação do ecossistema aquático.

Procedimentos Metodológicos

A seguir, são descritos os procedimentos metodológicos para desenvolvimento do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água, compreendendo:

- Rede de Amostragem
- Parâmetros Monitorados
- Procedimentos de Coleta e Análise das Amostras
- Freqüência de Monitoramento

O presente plano de trabalho foi concebido para um período de dois (2) anos. A partir desse período, em função dos resultados obtidos, deverão ser efetuados eventuais ajustes nos procedimentos metodológicos propostos, como locais de coleta, parâmetros e freqüência de amostragem, desde que devidamente justificados.

Nesse programa estão inseridos três sub-programas principais, conforme descrito a seguir:

(i) Sub-programa 1, denominado Montagem de Linha Base de Monitoramento da Qualidade da Água, que tem por objetivo consolidar, a partir de uma campanha de avaliação inicial, o estabelecimento das ações de monitoramento de qualidade da água, objeto do Sub-programa 3.

(ii) Sub-programa 2, denominado Montagem de Linha Base de Monitoramento Limnológico, que tem por objetivo consolidar, a partir de uma campanha de avaliação inicial, o estabelecimento das ações de monitoramento limnológico, objeto do Sub-programa 3.

(iii) Sub-programa 3, denominado Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água, cujos parâmetros e frequência serão definidos a partir dos resultados dos Sub-programas 1 e 2, anteriormente descritos.

Operacionalização do Programa - Etapas Previstas

A seguir, estão descritas as principais ações dos sub-programas previstos para serem adotados no contexto do empreendimento.

Sub-programa 1 – Montagem de Linha Base de Monitoramento da Qualidade da Água

Ação 1 – Definição da Rede de Amostragem

A rede de amostragem do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água compreende, em princípio, três pontos de coleta:

(i) Ponto 1 – Efluente tratado

(ii) Ponto 2 - rio Itacaiúnas, a montante do lançamento de efluentes tratados do frigorífico;

(iii) Ponto 3 - rio Itacaiúnas, a jusante do lançamento de efluentes tratados do frigorífico;

Ação 2 – Procedimentos para Coleta e Análise das Amostras

Durante a coleta, serão feitos registros fotográficos e preenchimento de fichas contendo as seguintes anotações: data, hora, local, coordenadas em UTM, temperatura do ar, temperatura da água, profundidade do curso d'água, condições do tempo, presença de chuvas nas últimas 24 horas, correnteza, tipo de sedimento, condições da mata ciliar e do entorno imediato, bem como eventual presença de detritos, óleo e espumas nas margens e no curso d'água.

A seguir são descritos os procedimentos específicos a serem utilizados para coleta e análise da qualidade da água.

As amostragens serão do tipo simples (amostras instantâneas) para análise dos seguintes parâmetros constantes na Resolução CONAMA 357/05 (Art. 15) ou outra que a substitua:

- Físico- químicos



- pH
- Temperatura
- Cor
- Condutividade elétrica
- Cloreto
- Clorofila *a*
- Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)
- Demanda Química de Oxigênio (DQO)
- Fenóis
- Ferro Dissolvido
- Fósforo Total
- Nitrogênio Kjeldahl Total
- Nitrogênio Amoniacal
- Nitrito
- Nitrato
- Óleos e graxas
- Oxigênio Dissolvido (OD)
- Série de sólidos (sólidos totais, sólidos dissolvidos e sólidos em suspensão)
- Sulfato
- Turbidez
- Metais pesados: alumínio, cádmio, chumbo, cobre, manganês, mercúrio, níquel, zinco.
- Biológicos:
 - Coliformes Totais
 - Coliformes Fecais (Termotolerantes)

Salienta-se que, para análise dos efluentes do sistema de tratamento do frigorífico (Ponto 1), o conjunto de parâmetros estará, dentro do possível, em conformidade com o Art.34 da Resolução CONAMA 357/05 ou outra que a substitua.

A coleta e análise das amostras serão realizadas segundo procedimentos constantes no "Standart Methods for the Examination of Water and Wastwater", última edição.

Ação 3 – Estabelecimento das Ações do Sub-programa 3

A partir dos resultados desta campanha de avaliação preliminar será definida a estratégia de ação do Sub-programa 3, em termos parâmetros e frequência de amostragem.

Sub-programa 2 – Montagem de Linha Base de Monitoramento Limnológico

Ação 1 – Definição da Rede de Amostragem

A rede de amostragem do Programa de Monitoramento Limnológico compreende, em princípio, dois pontos de amostragem:

- (iii) Ponto 2 - rio Itacaiúnas, a montante do igarapé Limão;
- (iv) Ponto 3 - rio Itacaiúnas, a jusante do igarapé Limão.

Ação 2 – Procedimentos para Coleta e Análise das Amostras

A seguir são descritos os procedimentos específicos a serem utilizados para coleta e análise das comunidades fitoplanctônicas, zooplanctônicas e zoobentônicas.

A coleta de amostras para avaliação dos parâmetros limnológicos (comunidades fitoplanctônicas, zooplanctônicas e bentônicas) será efetuada apenas nas águas superficiais do rio Itacaiúnas, abrangendo os Pontos 2 e 3, não se justificando esse tipo de análise para controle dos efluentes (Ponto E).

- **Comunidades Fitoplanctônicas**

Para análise das comunidades fitoplanctônicas, serão obedecidos os seguintes procedimentos:

- Em cada ponto da rede de amostragem serão feitas coletas qualitativas (amostragem taxonômica) e quantitativas (densidade de organismos) do fitoplâncton.
- As amostras qualitativas serão coletadas por meio de arrasto horizontal utilizando-se rede de 20 μ m (micra) de abertura de malha.
- O volume concentrado pela rede será acondicionado em frasco de 250 mL de capacidade, dotado de tampa de pressão. Para preservação da amostra, será usada solução de formol a 4%.
- As amostras quantitativas serão tomadas por meio de frascos plásticos de 1 L de capacidade, pelo método denominado "Fitoplâncton Total". Para preservação do material, serão adicionadas gotas de lugol.
- As amostras serão encaminhadas para laboratório especializado para identificação e contagem dos principais grupos taxonômicos e emissão de laudo técnico.
- Os organismos registrados serão identificados ao menor nível taxonômico possível, segundo literatura especializada, utilizando-se chaves de identificação para os diferentes grupos fitoplanctônicos.

- **Comunidades Zooplanctônicas**

Com relação às comunidades zooplanctônicas, serão obedecidos os seguintes procedimentos:

- Em cada ponto da rede de amostragem será feita coleta para análise qualitativa (amostragem taxonômica) e quantitativa (densidade de organismos) do zooplâncton.
- As amostras qualitativas serão coletadas por meio de arrasto horizontal utilizando-se rede de 68 μ m (micra) de abertura de malha. O volume concentrado será acondicionado em frascos de 250 mL.
- As amostras quantitativas serão coletadas por meio de arrasto vertical da mesma rede, ou com auxílio de bomba (tipo Jabsco 1.200 L hora). Está prevista a



filtração de 100 L d'água, concentrados através de rede e acondicionados em frascos de 250 mL.

- A preservação das amostras qualitativas e quantitativas do zooplâncton será feita com solução de formol a 4%.
- As amostras serão encaminhadas a laboratório especializado para identificação dos principais grupos taxonômicos e emissão de laudo técnico.
- Os organismos encontrados serão identificados ao menor nível taxonômico possível, segundo a literatura especializada, utilizando-se chaves de identificação para os diferentes grupos zooplanctônicos.

- Comunidades Bentônicas

A metodologia adotada para coleta, para identificação e para contagem da comunidade bentônica terá como base a Normatização Técnica - CETESB L5.309 - Determinação de Bentos de Água Doce - Macroinvertebrados Bentônicos - Método Qualitativo e Quantitativo (CETESB, 2003).

- Em cada ponto da rede de amostragem será feita coleta de organismos do sedimento (zoobentos).
- Está prevista a coleta dos organismos bentônicos com pegador tipo Eckman-Birge para fundos ou compostos de sedimentos finos, lodosos e gravetos.
- Na impossibilidade de utilização da draga, serão realizadas coletas nas margens, empregando tubo tipo PVC.
- Após a coleta, o sedimento será acondicionado em sacos plásticos apropriados e preservado com solução de formol a 4%.
- As amostras serão encaminhadas a laboratório especializado para identificação dos principais grupos taxonômicos e emissão de laudo técnico.
- Os organismos encontrados serão identificados ao menor nível taxonômico possível, segundo a literatura especializada, utilizando-se chaves de identificação para os diferentes grupos do zoobentos.

Ação 3 – Estabelecimento das Ações do Sub-programa 3

A partir dos resultados desta campanha de avaliação preliminar será definida a estratégia de ação do Sub-programa 3, em termos parâmetros e frequência de amostragem.

Sub-programa 3 – Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água

Tendo como base as informações dos Sub-programas 1 e 2, anteriormente descritos, será definida neste Sub-programa a estratégia do Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água, incluindo rede de amostragem, conjunto de parâmetros a ser analisado e frequência de coleta. Nesse sub-programa estão previstas 3 ações principais conforme detalhamento a seguir.

Ação 1 – Parceria com a Prefeitura do Município de Marabá

É extremamente relevante o estabelecimento de parceria com a Prefeitura Municipal de Marabá, que esta estruturando o "Projeto Reviver", que tem por objetivo assegurar e acompanhar a qualidade de água do Rio Itacaiunas.

A rede de amostragem deste programa deverá ser previamente discutida com o Órgão Ambiental Local. Pretende-se, assim, otimizar os procedimentos e compatibilizar os resultados obtidos com o "Projeto Reviver", de forma a acompanhar a dinâmica hidrobiológica na área de estudo.

Ação 2 – Consolidação do Programa de Monitoramento

Conforme já citado, somente após a realização dos sub-programas 1 e 2, no que se refere aos resultados de todas as análises, será possível realizar a seleção dos parâmetros que serão incorporados no monitoramento limnológico e da qualidade da água e a frequência para realização das análises.

A avaliação da Qualidade da Água será realizada de acordo com a condicionante determinada na licença expedida pela SECTAM. Para a avaliação Limnológica, adotou-se como premissa a realização de 1 campanha anual, prevendo-se os mesmos parâmetros de controle (fitoplâncton, zooplâncton e bentos).

Ação 3 – Verificação Sistêmica dos Atendimentos a Requisitos Legais

Tendo em vista os requisitos da qualidade das águas determinados pela Resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 para cursos d'água de Classe 2, o Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água servirá como indicador das condições ecológicas e sanitárias da rede hídrica estudada, dando suporte a eventuais intervenções ao sistema de tratamento de efluentes adotado pelo frigorífico.

Nesse caso, merecerão especial atenção os níveis de nitrogênio e fósforo detectados nos pontos de amostragem, pois esses nutrientes normalmente são responsáveis pelo excessivo crescimento do fitoplâncton nas águas naturais.

Ação 4 – Formação de Sistema de Indicadores para a alimentação dos resultados

A cada campanha realizada, será emitido um Relatório Parcial, contemplando os seguintes tópicos:

- Qualidade das Águas: Rede de Amostragem, Procedimentos Metodológicos, Resultados dos Parâmetros Físico-Químicos e Biológicos de águas superficiais e de efluentes, Conclusões e Recomendações.
- Limnologia: Rede de Amostragem, Aspectos Metodológicos, Composição Taxonômica, Distribuição Espacial e Frequência das Comunidades Fitoplanctônicas, Zooplanctônicas e Zoobentônicas, Similaridade entre os Pontos de Coleta, Análise Quantitativa das Comunidades Aquáticas, Dinâmica Hidrobiológica da Área de Influência, Conclusões e Recomendações. Pelo fato das campanhas de limnologia não terem ainda a frequência definida, esses dados constarão apenas dos Relatórios Parciais referentes aos meses em que essas coletas forem efetuadas.

Ao final de cada ciclo hidrológico completo, será apresentado um Relatório Anual contendo a integração dos resultados das campanhas realizadas no período, o que possibilitará acompanhar a eficiência do sistema de tratamento do frigorífico, bem como a evolução do ecossistema aquático dos rios receptores desses efluentes.

Em todos os relatórios técnicos, serão indicadas medidas preventivas e corretivas, visando à preservação do ecossistema na área de estudo, recomendando eventuais ajustes para a continuidade do Programa.

Entes institucionais responsáveis

O Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água será de responsabilidade do empreendedor, que selecionará equipe responsável para elaboração dos trabalhos e propiciará os recursos necessários para desenvolvimento de todas as suas etapas.

A equipe técnica deverá contar necessariamente com um biólogo para a função de Responsável Técnico, um engenheiro sanitário, além de técnicos especialistas em coleta de amostras de água, identificação e contagem das comunidades fitoplanctônicas, zooplanctônicas e zoobentônicas.

Cronograma das Atividades

Conforme anteriormente citado, considerou-se no planejamento do presente Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água 2 (dois) anos, após a implantação do novo sistema de tratamento de efluentes, com frequência de acordo com as condicionantes da licença emitida pela SECTAM, conforme cronograma a seguir apresentado.



Tabela 9.5 - Cronograma de ações previstas para o Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água

CRONOGRAMA	ANO I				ANO II			
	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND
Montagem de Linha Base de Monitoramento da Qualidade da Água								
Definição da Rede de Amostragem	●							
Procedimentos para Coleta e Análise das Amostras	●							
Estabelecimento das Ações do Sub-programa 3	● ●							
Montagem de Linha Base de Monitoramento Limnológico								
Definição da Rede de Amostragem	●							
Procedimentos para Coleta e Análise das Amostras	●							
Estabelecimento das Ações do Sub-programa 3	● ●							
Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água								
Parceria com a Prefeitura do Município de Marabá	● ● ●							
Programa de Monitoramento Qualidade da Água (frequência semestral)				●		●		●
Programa de Monitoramento Campanhas Limnológicas (frequência anual)		●				●		
Verificação Sistemática dos Atendimentos a Requisitos Legais				●				●
Formação de Sistema de Indicadores para a alimentação dos resultados				●				●



9.3.5. PROGRAMA DE AUDITORIA AMBIENTAL

Objetivo

A auditoria ambiental é um poderoso instrumento de controle para a avaliação do desempenho ambiental de uma obra, um empreendimento ou um programa num dado momento, ou seja, é a fotografia socioambiental de um projeto em uma dada etapa.

O objetivo da auditoria é contribuir para a melhoria continuada da gestão socioambiental do Frigorífico em Marabá. As auditorias deverão avaliar se os compromissos assumidos e definidos junto aos órgãos ambientais competentes estão sendo cumpridos, a fim de que iniciativas possam ser tomadas.

Público – Alvo

- Funcionários da empresa;
- Dirigentes do Frigorífico

Operacionalização do Programa - Etapas e Ações Previstas

O Programa de Auditoria Ambiental está estruturado segundo as seguintes ações:

Ação 1 - Acompanhamento das obras de ampliação semestralmente

Serão realizadas, visitas periódicas no local de expansão das obras e de tratamento de efluentes, com o intuito de avaliar a situação de avanço nesses casos. Serão utilizados procedimentos usuais tais como: preenchimento de fichas (check list) pré-elaboradas.

Ação 2 – Acompanhamento dos processos de licenciamento na sua fase de operação, obedecendo os prazos das respectivas licenças

As eventuais pendências documentais nos órgãos ambientais serão acompanhadas periodicamente, verificando-se o atendimento à legislação ambiental e demais procedimentos definidos em regulamentos administrativos, bem como condicionantes referidos na Licença de Operação concedidas pelos órgãos competentes, visando inclusive prevenir processos e ações administrativos e judiciais, além de reduzir os riscos de impactos ambientais negativos.

Ação 3 – Acompanhamento da implantação do Sistema de Gestão Socioambiental - ESMS, com destaque aos Programas Socioambientais – ESAP

Os objetivos e sub-objetivos deste sistema deverão ser acompanhados semestralmente, tendo em vista a possível ocorrência de desvios em relação às metas estabelecidas, por meio de relatórios, com periodicidade anual.

Para o efetivo acompanhamento da execução dos Programas acordados com o Frigorífico Bertin, deve-se submeter esta monitoria a relatórios de progresso, dentro de 30 dias do término de cada programa. Estes relatórios descreverão o estágio de cumprimento das atividades.



Entes institucionais responsáveis

O Programa de Auditoria Ambiental será de responsabilidade do empreendedor.

Cronograma das Atividades

Considerou-se no planejamento deste Programa de Auditoria Ambiental 2 (dois) anos, conforme cronograma a seguir apresentado.

Tabela 9.6 - Cronograma de ações previstas no Programa de Auditoria Ambiental

CRONOGRAMA	ANO I				ANO II			
	Ações	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS
Acompanhamento das obras de ampliação		●		●		●		●
Acompanhamento dos processos de licenciamento na sua fase de operação	●	●	●	●	●	●	●	●
Acompanhamento da implantação do Sistema de Gestão Socioambiental		●		●		●		●

9.3.6. SÍNTESE DOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

Na seqüência, estão apresentados de forma sucinta os Programas do Plano de Ação Socioambiental, descritas as respectivas ações, cronograma e responsabilidade para execução dos mesmos.



Tabela 9.7 - Síntese dos Programas Socioambientais (ESAP)